



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº12/14

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Realizada 26 de Setembro de 2014

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal reuniu a Assembleia Municipal do Barreiro, com a seguinte **Ordem de Trabalho**:

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1** APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA;
- 3.2** TRANSIÇÃO DA UNIVERSALIDADE DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SETÚBAL;
- 3.3** TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I.M.I.) A COBRAR NO ANO DE 2015;
- 3.4** FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DE 2015, RECEITA A ARRECADAR EM 2016;
- 3.5** DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL EM 2014 A COBRAR NO ANO DE 2015;
- 3.6** AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL A CANDIDATOS QUE NÃO POSSUAM UMA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDA.

Verificada que foi a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião pelas 20,55 horas, registando-se a presença de 31 deputados municipais, conforme lista de presenças anexa à ata.

O Senhor Presidente da Mesa fez a leitura dos pedidos de substituição que foram feitas pelos deputados municipais, ao abrigo do artigo 78º da lei 169/99 de 18 de Setembro, revista pela lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

- Espírito Santo é substituído por Carlos Bucho
- Apolónia Teixeira é substituída por Alfredo Falcão
- Rita Carvalho é substituída por José Carlos Marques



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-
- Rui Ferrugem é substituído por José Caetano
 - Leal da Silva é substituído por Tomás de Almeida
 - Madalena Alves Pereira é substituída por Couceiro Machado
 - André Antunes é substituído por Manuel Sabino
 - Joaquim Salgueiro é substituído por José de Almeida

O Executivo Camarário esteve representado pelo Senhor Presidente Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho e pelos Vereadores, Sofia Amaro Martins, Regina Célia Gonçalves Agostinho Janeiro, Rui Pedro Gaspar Lopo, Sónia Isabel Oliveira Lobo, Luís Filipe Pimenta Ferreira, Rui Jorge Fernandes Faria, e Teresa Alexandra Veiga da Costa.

A Mesa é composta pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Frederico Fernandes Pereira, pelo primeiro Secretário Vítor Manuel Batista Ribeiro dos Santos e pela segunda Secretaria Ana Maria Rodrigues Gomes da Silva.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, dá posse às Comissões Permanentes, e depois de todos assinarem estão em condições de considerar as posses tomadas. Os que ainda não assinaram, assinam logo que possível.

Para encerrar este processo diz que tal como foi combinado e aprovado na Assembleia de 13 de Junho, as coordenações de cada uma das Comissões, será a seguinte.

Na Comissão Permanente de Obras Serviços Urbanos, Planeamento e Desenvolvimento Económico, a coordenação é da CDU, na deputada Susana Silva;

Na Comissão Permanente Educação, Associativismo e Cultura, a coordenação é do BE, no deputado Mário Durval;

Na Comissão Permanente de Saúde, Ação e Desenvolvimento Social, a coordenação é do PS, na deputada Ana Silva.

Posto isto, o senhor Presidente prossegue os trabalhos com a Informação Escrita do Presidente da Câmara.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA;

Presidente da CMB, apresenta os seus cumprimentos e passa a transmitir alguns aspetos que complementam e sintetizam a informação que os senhores deputados conhecem.

Num quadro de profundas dificuldades dos portugueses e do País, de alterações legislativas constantes, que afetam o Poder Local, de limitações no serviço público prestado pelo estado. De privatizações que a todos afetam, de cortes ou novas responsabilidades financeiras às autarquias. A câmara tem procurado desenvolver a sua atividade e equilibrar as suas contas, para que no futuro possa libertar verbas para ação e obras. O esforço para atrair atividade económica para o concelho continua.

A iniciativa e o acompanhamento da eventualidade do reforço da atividade portuária no concelho.

Contactos com a entidade que se prepara, para investir em Palhais e com uma outra que prepara investimento na Avenida du Bocage.

Preparação da renovação de uma unidade comercial no Lavradio.

Projetos e ações com vista ao reforço da intervenção na área do turismo.

Continuam a desenvolver um conjunto de obras relevantes e de outras que em breve se iniciarão. Na Cidade Sol estão em fase de encerramento físico e financeiro.

O 3º seminário sobre Regeneração Urbana realiza-se no dia 29 de Outubro.

O REPARA, encontra-se em fase avançada de obra na Rua Miguel Pais, e em preparação as intervenções na travessa da avenida Bento Gonçalves e a ligação de passadiços, havendo ainda algumas retificações de obra a executar.

Remodelação em oito habitações sociais o Bairro Alves Redol.

Início de repavimentações em oito arruamentos.

Obras de construção de novos nichos no cemitério da vila chã

Preparação do concurso para a obra a executar com as garantias bancárias do Campo das Cordoarias. E continuam as conversas com o gestor do banco da massa insolvente sobre as garantias bancárias da zona do Polis na Verderena.

Em preparação o processo para a construção do Canil Intermunicipal Barreiro e Moita.

Aguardam que a Baía Tejo dê início à construção das rotundas na avenida das Nacionalizações, com o financiamento da GALP, conforme o protocolo assinado.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Continuam a intervir no sentido de melhorar a qualidade ambiental do Concelho.

Estão a dar passos na concretização da candidatura aprovada ao LIFE para a Mata da Machada.

Na renovação de águas e águas residuais domésticas, que com a obra realizada no cruzamento da Avenida do Bocage com a Miguel Bombarda e o terminar as obras nas travessas da Avenida da praia, permitirá atingir uma percentagem de 98% de águas residuais domésticas tratadas.

Finalização do processo de licenciamento, das captações de água para consumo humano, foi publicado em portaria em agosto.

Com vista à planificação de ações de curto, médio prazo. Destaca, o trabalho de preparação para candidatura a fundos comunitários ainda no QREN. No anterior quadro comunitário de apoio. Com a APL para a continuação das obras da muralha até ao Clube Naval, com a Baía Tejo e os Municípios de Almada e Seixal, para a promoção do território do Arco Ribeirinho Sul. E outras promovidas isoladamente pelo município no âmbito da Regeneração Urbana e da Capacitação.

Continuam a prepara-se e a tentar acompanhar o novo quadro comunitário de apoio, Portugal 2020.

O Plano de Mobilidade e Transportes intermunicipal está a entrar numa fase muito avançada. E a rede de percursos cicláveis do Barreiro encontra-se em desenvolvimento.

Em fase de conclusão do trabalho sobre a rede de hortas urbanas e realizar-se à um Fórum da Agricultura Urbana, dia 13 de Outubro.

Continua a execução do Plano Diretor Municipal.

Adesão e acompanhamento à rede Portuguesa de Cidades Inteligentes e o aprofundamento do conhecimento, reflexão, sugestões e propostas sobre as consequências das alterações climáticas no concelho.

Salienta a diversificada e intensa atividade cultural, desportiva e social, e que por ser impossível falar sobre todas, destaca o resultado positivo das Festas e do Dia da Cidade.

Encontram-se em preparação para Outubro do mês da música, do mês Sénior, da Escola Somos todos Nós, e para novembro o mês da fotografia.

Informaram a Assembleia do resultado das inspeções realizadas pelo IGF e esta discussão parece que por parte da Assembleia ficará para uma outra reunião.

Como comprovam as contas do município, têm uma evolução positiva da situação financeira da câmara, que continua apesar disso, difícil. Trabalharam para conseguir



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

libertar verbas para atividade e obra e os dados de Agosto dizem-lhes, que o endividamento continua a baixar. Tem neste momento vinte e nove milhões de euros, menos três milhões e quinhentos mil do que no fim de 2013. Continua a baixar o prazo de pagamento a fornecedores. Em junho de acordo com dados oficiais é menos de metade do que no fim do ano.

Nos TCB, destaca que o esforço continuado ao longo de muitos anos deu resultados e o governo reconheceu a necessidade de recompensar financeiramente os transportes do Barreiro, por obrigatoriedade de serviço público. Sendo agora urgente concretizar o protocolo que os permita receber, quinhentos e trinta e cinco mil euros, correspondentes aos anos de 2012 e 2013. E naturalmente a verba correspondente ao ano 2014. Salaria ainda, a abertura do concurso para a admissão de trabalhadores e o início de conversações com a CARRIS, para um eventual reforço da frota.

O município tem uma posição clara de defender o Serviço Nacional de Saúde e discorda das medidas que põe em causa este importante serviço público. Os trabalhadores do SNS, a população do concelho, contarão com a câmara municipal para a defesa do SNS.

Saúda os trabalhadores judiciais e os advogados pela sua luta contra a chamada reforma da justiça e contra o seu bloqueamento no acesso à justiça por parte de todos os cidadãos.

A câmara continua e continuará a intervir contra a privatização da EGF. Em defesa da AMARSUL e da SIMARSUL, como empresas públicas. Em defesa do sistema dos transportes públicos do estado, na Área Metropolitana de Lisboa e da Escola Pública.

Transmite à Assembleia Municipal que a câmara não recorre regularmente à utilização do contrato com empresas de inserção, a não ser em situações muito pontuais e extraordinárias. Atualmente são seis os trabalhadores nesta situação nos serviços da câmara e para exercer funções em trabalhos não regulares.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, apresenta os seus cumprimentos.

Agradece a informação escrita e os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara.

Faz uma nota relativamente às coordenações das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal. O PSD tinha apresentado uma proposta no sentido e tal como aconteceu no mandato anterior, de lhe poder ser atribuída a coordenação da Comissão de Orçamento e Finanças, o que foi recusado, pela maioria CDU. O PSD



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não concordava com uma coordenação partilhada pelo que concordou que ficasse o BE a coordenar a CEAC.

É muito bom para todos, o aumento da atividade portuária no Concelho. Saúda essa possibilidade mas vê anúncios já muito finais sobre a realização desse investimento e fica confuso. Viu também o que foram as reações em Almada e pelo que sabe ainda não existem os estudos, que lhes podiam explicar porque é que isso seria bom para o Barreiro. O seu pedido vai no sentido do senhor Presidente explicar o que poder e também se o alargamento dessa atividade portuária, não inviabiliza, em grande medida o Plano de Urbanização para a Quimiparque e para a zona do Bairro das Palmeiras.

O Deputado **André Pinotes** do PS, Cumprimenta na pessoa do senhor Presidente todos os autarcas eleitos.

Sobre a informação escrita gostaria de deixar uma nota ao senhor presidente da mesa e ao senhor presidente da câmara, no sentido de saberem a possibilidade de ela ser divulgada no *site* da câmara ou noutra. Por se tratar de um relatório que diz respeito a toda a atividade do município e que é fundamental para dar a conhecer todo o trabalho que é desenvolvido para os munícipes.

As obras do REPARA, recorda que tinham um prazo de conclusão do dia 31 de Dezembro de 2013. É inacreditável e independentemente de tudo o que já debateram, como é que se continua a tentar justificar com alguma complexidade, um atraso de quase o dobro do tempo. É difícil de perceber como é que os moradores, as associações, o comércio local. E chama a atenção que alguns dos comerciantes já encerraram em virtude daquela obra. Acha que é preciso assumirem e haver uma responsabilização, junto daquelas pessoas, sobre o porquê de tanto atraso. Pede ao vereador Rui Lopo que respeite a Assembleia, como ele o faz quando vai assistir às reuniões de câmara. Pede que não se intrometam e deixem que a bancada do PCP faça aquele tipo de apartes. Porque não lhes fica bem.

Na altura o Partido Socialista apresentou uma proposta ou intenção de se isentarem de taxas e licenças, as pessoas que estavam diretamente afetadas, por aquela obra e pela incompetência da sua gestão. Nessa altura o Partido Comunista entendeu, que do ponto de vista da medida em si, aquela não era a forma correta e que a forma correta passaria por uma alteração dos horários. Acontece porém que o sorridente vereador, entregou uma proposta errada. Com erros, tinha problemas não estava em conformidade com a lei e teve que a retirar. Passados todos estes meses, gostaria de saber o que é feito dessa proposta e qual é a situação.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à questão do Porto, torna-se muito complicado debater uma matéria. Com esta história dos anúncios e dos recuos. Foi proposta na Assembleia que se criasse uma comissão de acompanhamento para a implementação daquelas atividades portuárias e logísticas. Inexplicavelmente e com toda a oposição a votar favoravelmente uma coisa que visava ajudar, no sentido de terem mais informação, de poderem acompanhar e de poderem trazer, se considerassem este investimento positivo para o Barreiro. Mas a câmara tem adotado a mesma posição do costume, que é a de guardar o *dossier* para si, os deputados não são informados sobre o que realmente se passa e por esse motivo não podem dar um contributo válido. Muitas vezes o presidente da câmara pede aos partidos que possam contribuir e ajudar, mas não tem sido fácil porque lhe tem sonogado informação. O repto que deixa é que o senhor presidente pensasse em envolver as forças da oposição formalmente no acompanhamento daquele *dossier*.

Ontem agendaram um requerimento para a discussão dos dois relatórios da IGF. Um deles começou no tempo da IGAL. Mas há uma questão que não pode deixar de referir, na informação escrita do senhor presidente, têm sete parágrafos de texto que nada diz sobre esta matéria e sobre as conclusões que poderiam informar a assembleia, não há nenhuma reflexão.

A ilha do parque desapareceu do debate político. Foi condenada ao esquecimento, mas as pessoas do Barreiro, não se esquecem de como aquele espaço dava dinâmica ao Parque Catarina Eufémia. Nesse sentido gostariam de saber se depois de “n” concursos sem qualquer tipo de aderência e de “n” tentativas, que mais uma vez não sabem quais foram porque não lhes foi dada essa informação. O que é que pode ser feito para solucionar aquele espaço.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, o grupo municipal do PSD, foi confrontado com uma situação em que cidadãos residentes da urbanização das casas de Santo António, chamaram a sua atenção, queixando-se de que não eram barreirenses como os outros. Não têm iluminação praticamente nenhuma o que faz com que a segurança fique muitíssimo reduzida naquele empreendimento. Não há limpeza das ruas, das zonas verdes. Que os passadiços de madeira existentes e que serviam um circuito de manutenção, estão muito degradados e alguns até já desapareceram. Apela à câmara na medida das suas possibilidades para ajudar aquelas pessoas a viverem um bocadinho melhor e com mais segurança.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **José Paleta** da CDU, Dá as boas noites a todos.

Sublinha como é natural, como muito positiva a síntese feita pelo presidente da câmara, dentro do contexto em que a atividade é desenvolvida. Debaixo de fogo sobre o ponto de vista financeiro, sobre o ponto de vista da legislação, sobre a diminuição de trabalhadores auxiliares e técnicos, sobre o mandarem para cima das câmaras mais competências com menos meios financeiros.

A atividade portuária corresponde à expectativa de tentar resolver alguns problemas que o Barreiro tem na área do emprego. O Barreiro precisa de desenvolvimento económico, precisa de postos de trabalho. As lojas no Barreiro fecham não por estarem mal situadas, mas fruto da perspetiva política colocada no País e da falta de poder de compra do povo do Barreiro.

Foi dito na Assembleia que por causa das obras do REPARA não terem terminado a 31 de Dezembro, fecharam estabelecimentos. O que têm que falar sobre o REPARA, é se é ou não é, uma obra boa para o Barreiro. Até parece que estão desgostosos por a obra ser boa para o Barreiro e por as pessoas gostarem daquela obra.

A obra da “CIDADE PARA TODOS”, é bom que vão lá ver o que foi feito, e o que aquela população beneficiou com aquela obra.

Lamenta, fazendo uma autocritica pessoal, de não usufruir de tudo aquilo que existe no Barreiro em termos de atividades desportivas e culturais. Existem atividades desportivas e culturais quase diárias neste Concelho, distribuídas por todas as freguesias e de grande qualidade.

O que a câmara faz e que também é um património da CDU, é chamar as pessoas a participar quer nas atividades, quer na definição do que deve ser a sua intervenção na sociedade barreirense.

Tem que ver o que vai dar o Novo Quadro Comunitário de Apoio e continuarem a lutar para melhorar, sem desvalorizar o trabalho que tem sido feito pelo executivo municipal através dos seus trabalhadores e dos contratados através de outras empresas.

Parte do princípio que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador, e que aprova conforme as suas competências o que é a atividade da câmara, mas a Assembleia Municipal, não é Governo Sombra da Câmara.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, faz um pedido de esclarecimento.

Em que medida é que o licenciamento massivo de grandes superfícies no Barreiro como o RETAIL PARK, CONTINENTE DA VERDERENA, O FORUM BARREIRO no centro da Cidade, beneficiaram o comércio local.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **André Pinotes** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

A pergunta é que não compreendeu da intervenção, quais foram os pelouros que foram propostos ao Partido Socialista, com quem é que o senhor Presidente da Câmara reuniu, que tempos é que atribuiu, quais eram as competências e em que áreas.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, faz um pedido de esclarecimento.

Depois da caracterização que fez da Assembleia Municipal, para que é que esta serve.

O Deputado **José Paleta** da CDU, não está em condições de dizer que as Grandes Superfícies Comercias não tragam algum prejuízo para os pequenos comerciantes. Uma evidência é a de que as Grandes Superfícies Comercias se foram afirmando na sociedade em que vivem, não é só no Barreiro.

Não são as câmaras municipais que definem a quantidade de cafés, restaurantes ou Centros comerciais que pode haver. Naturalmente que se o povo tivesse dinheiro, podia optar e havia para todos, podiam se complementar.

A discussão sobre a atribuição de pelouros tem que ser feita no Órgão câmara Municipal. O que disse é que o PS, tanto neste mandato como no anterior não aceitou pelouros.

O papel da Assembleia Municipal é o de fiscalização da atividade da câmara.

O Deputado **André Pinotes** do PS, a argumentação do deputado José Paleta sobre as Grandes superfícies, caiu por base quando falou no concelho da Moita.

Está chocado com a afirmação de que afinal a culpa das obras do REPARA é dos trabalhadores. Pareceu-lhe ouvir que não era a câmara que estava a fazer as obras mas sim os trabalhadores. É evidente que, a crise que atravessam no País afeta qualquer atividade económica, mas não foi só uns mezinhos que a obra se atrasou. Fala como se a obra já tivesse sido terminada, e ainda não terminou.

Não lhes passa pela cabeça que a câmara fosse fazer uma obra para o Barreiro ficar pior. Não é isso que está em causa.

O atraso da obra em mais de dez meses, tem conseqüências diretas no emprego e são da exclusiva responsabilidade do município, com certeza que não foi culpa do Governo Central, que esta não se concretizou. Quer ver se a obra entra nos eixos, e já que não conseguiram cumprir a palavra dada num ano a ver se em dois anos pelo menos, se conseguem cumprir.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Partido Comunista na altura em que as obras da segunda travessia sobre o Tejo e do Politécnico foram lançadas, dizia que eram uma desgraça para o Barreiro, que era um erro.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, o deputado André Pinotes esqueceu qual foi a juventude partidária que mais lutou pelo ensino superior público no Barreiro.

Regista com alegria alguns anúncios que tem saído na Comunicação Social sobre a atividade portuária para o Barreiro e que o território da quimiparque, tal como vem no seu plano de urbanização esteja a ser posto ao serviço da atividade portuária. É preciso, é que sejam acautelados todos os interesses do Barreiro.

E gostava de saber o que o senhor Presidente Ihes pode dizer sobre aquela questão.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

Pergunta ao deputado Hugo abade qual foi o local que a JCP defendeu para a terceira travessia, se foi junto À UFA, no triângulo negro na zona mais perigosa ou se foi no local onde neste momento está implantado.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, o que colocou foi sobre o Ensino Superior. Mas afirma que também o PCP lutou pela terceira travessia e continua a lutar.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, sobre as rotundas da GALP e da Baía Tejo, quando é que se prevê o seu início.

A ligação Barreiro-Seixal sobre o rio coina, pergunta se existe alguma coisa de novo, alguma evolução. E se mantêm a intenção da eventual ligação do Barreiro à Ponte Vasco da Gama.

Pergunta se a câmara tem um plano de atuação em relação à rede viária, definido com períodos de atuação e se existe alguma estratégia de intervenção na regeneração urbana.

A questão do licenciamento das Grandes Superfícies é um tema interessante assim como o das urbanizações. É o mercado a funcionar. As pessoas têm dificuldades mas estes licenciamentos interessam às autarquias. Grande parte da obra feita no Barreiro, foram fruto das contrapartidas desses licenciamentos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O antigo campo do Barreirense é um “cancro” que está no centro do Barreiro, a vedação que estava à volta foi retirada. Diz que não era um grande encargo para a câmara voltar a colocar uma vedação.

Quando houver obras com participações requer verbalmente que se coloque uma placa que diga a data de início da obra, do fim, qual é o montante da participação.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, relativamente ao funcionamento dos TCB, leu “que o PCP está a obrigar os motoristas a trabalharem de borla”, não acredita mas questiona sobre as greves que estão anunciadas a partir de Outubro e sobre a que houve durante as festas do Barreiro em agosto, o que é que se passa e se os municípios vão ser afetados.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, no anterior mandato e na última reunião sobre urbanismo o senhor Vereador Rui Lopo, informou que haveria a apresentação de uma proposta, a ser discutida e levada à população para apreço. O mandato 2009-2013 já terminou há um ano e não voltaram a ouvir falar dessa proposta. Gostava de saber qual a evolução da matéria que diz respeito ao PDM.

Pergunta se existe por parte da câmara alguma análise à população que permita saber, quem são as pessoas que assistem, o que esperam da câmara em relação às atividades desenvolvidas.

Sobre o AMAC mantém-se a dúvida de qual é a sua programação. Não têm ligação umas com as outras e não mantem a regularidade. O que não cativa públicos.

As obras de reperfilamento da rua Miguel Pais e da avenida da Praia, para além dos atrasos e dos problemas que isso acarreta para os municípios, gostaria de saber o que é que aconteceu com as árvores.

Gostava de saber quais são as atividades previstas para a escola Conde Ferreira. O Partido Socialista fez várias vezes propostas para a escola Conde Ferreira e foram sempre chumbadas.

Presidente da CMB, praticamente desde que assumiu a presidência da câmara que tem defendido junto de várias entidades que tem intervenção sobre a matéria, que no seu entendimento era útil para o concelho e para o País a ampliação da atividade portuária. Quando foi da elaboração do Plano de Urbanização da Quimiparque defendiam que fosse considerada a ampliação da atividade portuária. Fizem várias propostas para a ampliação da atividade portuária no concelho do Barreiro.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Surgiu a oportunidade de um Terminal de Contentores tivesse a sua localização no Barreiro. Perante aquela possibilidade disseram que ia de encontro à visão estratégica que tinham para aquele território. Mas defendem que a atividade portuária se insira numa atividade mais alargada, que é a da Logística Portuária Industrial e Tecnológica.

Para isso é preciso que se tenha em conta cinco aspetos que consideraram essenciais. Os aspetos técnicos, as questões ambientais, os impactos económicos, as questões da mobilidade e de acessibilidade, a questão da inserção urbana.

Estão na fase de abertura para a possibilidade. Considera significativo e muito importante, mas é preciso que as questões complementares mas fundamentais estejam garantidas.

Sobre a ligação Barreiro-Seixal, todos estão de acordo é preciso é que se concretize. A ligação Barreiro-Montijo, tende em conta o contexto nacional e é preciso que tenham em conta o momento, sobre este assunto e como ponto de partida estão recetivos mesmo sabendo que tem perigos. É preciso ponderar com cuidado e não ver apenas os interesses de cada um dos concelhos. Ver como é do ponto de vista ambiental esta ligação.

A propósito do porto põem como condição que este não ponha em causa a solução futura da terceira travessia sobre o Tejo. As soluções que estão a ser estudadas compatibilizam a essência do Porto com a terceira travessia sobre o Tejo.

É preciso ter cuidado com a gestão de expectativas. Está convencido que a decisão vai ser o Terminal vir para o Barreiro. Mas depois da decisão é preciso haver a concretização. Não podem deixar de intervir, lutar, propor, reivindicar para que se concretize.

A câmara já foi contactada diretamente por interessados, que perguntam quando é que há decisão.

Considera que a obra do REPARA, significa um salto qualitativo. É a concretização de um “sonho”, que é o da recuperação da zona ribeirinha. Deram um passo substancial nesse objetivo. Naturalmente que tem deficiências que é incompleta, que está aquém do que é preciso, que tem atrasos nos prazos. Foi entregue a candidatura da APL em conjunto com a câmara do Barreiro para poderem fazer o resto da muralha incluindo o Clube Naval. É intenção da câmara continuarem a intervir naquela zona de acordo com todas as limitações financeiras.

No Barreiro tem-se retirado muitas árvores, pela sua qualidade, pelo espaço onde está, por estar a afetar infraestruturas, mas tem-se plantado mais árvores do que as que se tem retirado. Na rua Miguel Pais estavam previstas árvores para os dois lados do passeio mas tiveram que fazer uma retificação porque ultrapassavam as distâncias entre elas.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cresceram como mancha de óleo e com todas as consequências que tem. De infraestruturas, de impermeabilização, de terem que levar o centro de saúde, de levar a água, os transportes, a escola. Associado a este problema veio o problema da baixa natalidade. No Barreiro fruto da desindustrialização, dos problemas de acessibilidade este é um problema ainda mais sentido. O Barreiro tem casas vazias, se não tiverem condições de resolver este problema vai se estender do Barreiro velho para o Barreiro centro.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

Pergunta se o presidente acha que problemas tão importantes para o Barreiro, não deviam de ter um acompanhamento, para além do que é dado pelo presidente da câmara e dos vereadores com pelouro. Estes *dossiers* deviam de ser acompanhados por representantes das diversas forças partidárias

Na informação escrita fala em Pólo Portuário, o Presidente começou por falar na Assembleia Municipal em Porto de Águas Profundas, questiona o que é isso de um Pólo Portuário.

Quando foi da apresentação do Orçamento para 2014, o presidente fez referência dois investimentos previstos para o Barreiro, para justificarem um volume financeiro. Questiona onde estão esses dois projetos.

Porque é que a recuperação/ampliação da escola nº 2 do Lavradio, que já foi a concurso três ou quatro vezes, porque é que mais uma vez foi anulado.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

No que diz respeito ao PDM. Falou na importância da regeneração urbana e nas dificuldades que existem depois em complementar com a existência de pessoas. O PDM prevê 200 mil pessoas, provavelmente por há 25 anos a situação ser muito diferente da que existe agora. O esclarecimento é no sentido de se ter necessidade de continuar com a revisão do PDM.

Presidente da CMB, relativamente às questões da atividade portuária, cada um tem as suas funções, cada um cumpre as suas.

Quando a situação estiver mais avançada e for possível discutir, quando houver uma decisão, logo encontraram a melhor forma de fazer a discussão.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mais do que um porto, querem que este seja uma alavanca, para uma plataforma, para um polo Logístico Portuário Industrial e Tecnológico.

Quanto às questões Orçamentais vão ter possibilidade de analisar as contas e nessa altura farão essa discussão. Sobre os dois investimentos continuam a trabalhar neles.

O que está escrito na informação escrita sobre o PDM, considera que faz um ponto de situação substancial. Estiveram um ano à espera de uma decisão da CCDR, sobre as questões da REMO.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, faz um pedido de esclarecimento.

Tinha colocado questões quanto à urbanização e às casas de Santo António e quanto às questões da greve nos TCB.

Presidente da CMB, registou o apelo feito pelo deputado Vítor Nunes e de acordo com as possibilidades da câmara não deixaram de ter em conta o que referiu quanto à urbanização de Santo António.

O direito à greve é um direito inalienável de quem trabalha. Se os sindicatos e os trabalhadores decidem fazer greve, sobre esse assunto não se preuncia.

A posição da câmara resumidamente é que o seu papel é o de defender os interesses da população, ajudar a promover o desenvolvimento do concelho e o de defender o serviço público, neste caso concreto o dos transportes no respeito pelo direito dos trabalhadores.

O Deputado **Manuel Sabino** do BE, em relação ao porto a questão que mais preocupa o Bloco de Esquerda, tem a ver como é que vão escoar as mercadorias trazidas pelos barcos. Aquela via está saturada nas condições atuais.

E com as questões ambientais.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.2 TRANSIÇÃO DA UNIVERSALIDADE DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SETÚBAL;

A Assembleia Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a transição acima referenciada e apresentada pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo A**”.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, crê que os senhores deputados receberam vasta documentação sobre o tema, estando cientes do que está em discussão. Basicamente decorre da lei 36/2014, que aponta como objetivo, a alteração significativa do funcionamento das Assembleias Distritais e obriga a passar o seu património para uma entidade. A proposta foi aprovada na Assembleia Distrital de Setúbal e também pelo conselho executivo da Associação de Municípios da Região de Setúbal. Foi feita uma proposta do conhecimento dos senhores deputados, por parte da câmara municipal.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, quer colocar algumas questões sobre o que é que levou a que determinadas decisões fossem tomadas daquela maneira.

Refere-se essencialmente ao museu, aos técnicos e ao pessoal que está adstrito à manutenção e aos trabalhos que o museu está envolvido, nomeadamente às atividades relacionadas com a arqueologia.

A forma como a decisão foi tomada leva a que sejam os orçamentos das câmaras municipais a ter que financiar, através da transferência de verbas, as atividades relacionadas com o museu e com os seus cerca de 13 ou 14 trabalhadores que são do quadro da função pública e cerca de 5 Técnicos Superiores. O que é que levou a que a decisão fosse esta e não a de integrar o museu na Administração Central de modo a utilizar a Rede Nacional de Museus.

Este museu existe há vários anos, onde várias câmaras não têm cumprido com as suas transferências de verba, nesse sentido questiona quais são as verbas que a câmara do Barreiro, transferi-o ao longo dos anos.

Face ao quadro de alterações quais serão as verbas que vão ser necessárias transferir para manter o museu a funcionar.

Relativamente aos trabalhadores gostaria de saber o que se vai passar com as pessoas que são contratadas a termo ou que não são vinculadas à função pública.

Gostariam de saber, no que diz respeito à arqueologia como é que tem sido utilizadas pela câmara do Barreiro. O Barreiro tem a Mata da Machada, a ponta da passadeira como sítios importantes na arqueologia, como é que essa atividade tem sido pedida pela câmara do Barreiro àqueles técnicos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Surgiram uns mapas sobre a localização da ponta da passadeira, que indicavam que esta pertenceria ao Concelho da Moita e não ao do Barreiro, questiona se este assunto está sanado e se a ponta da passadeira continua a fazer parte do concelho do Barreiro. Gostaria de saber se os técnicos em arqueologia daquela entidade os ajudaram a dar algum parecer para resolver aquele assunto.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, lê a opinião da Associação de Municípios e gostaria de saber se têm alguma informação de em caso de ser transferido para a Administração Central que esta procederia ao seu encerramento.

Reforça a ideia de saber qual é a verba transferida pela câmara municipal. E qual a opinião do senhor presidente em relação aos cerca de quinhentos mil euros de dívidas de municípios como Alcácer do Sal, Alcochete, Santiago do Cacém, Sines, e se isso não terá afetado a sustentabilidade do museu.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, esclarece sobre o que está em discussão.

O Deputado **Paulo Deus** da CDU, as entidades públicas, quer gostem ou não tem que cumprir a lei. Esta lei foi aprovada na Assembleia da República, entrou em vigor no dia 26 de junho e tem 120 dias para alterar. O artigo 3º diz que a entidade recetora tem que ser intermunicipal e que coincida com a área do distrito, ou qualquer município do distrito ou uma Associação de Municípios.

Mas uma pergunta que faz é, porquê o Governo, o que é que este tem que ver com as Assembleias Distritais.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

Solicita que o deputado lhe diga aonde é que o PS falou sobre despedimentos de trabalhadores. A preocupação é saber quem é que lhes vai pagar.

O Deputado **Paulo Deus** da CDU, relativamente aos trabalhadores quem assumirá essa responsabilidade é decorrente da lei.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, existe uma outra alternativa contemplada na lei, uma delas é a transferência dessa universalidade para o Estado.

Acreditando no museu, queriam que ele trouxesse para o Barreiro o máximo de valor possível e queriam que todos os municípios contribuíssem na medida das suas obrigações.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A questão é, o Barreiro cumpriu e vai continuar a financiar os municípios devedores, e os outros municípios vão pagar ou não.

O Deputado **Jorge Amorim** da CDU, pergunta em particular ao grupo do PSD, se esta lei não foi uma proposta do Governo PSD/CDS. Se não é verdade que foi a maioria na Assembleia da República que a aprovou.

Se tivessem Regionalização este e outros problemas que vão surgir estariam resolvidos. Por um lado querem uma desconcentração de serviços governamentalizada ou querem uma descentralização para que o Poder Local autárquico e regional possa ter um papel maior.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, a lei contempla várias soluções.

O museu servirá fundamentalmente a população de Setúbal, gera receitas e movimento em Setúbal.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, esta questão que à partida devia de ser pacífica, não é.

Quando olham para um passivo de 507 mil euros. Se esta dívida existe é porque este projeto se calhar deixou de ter que ver com esses concelhos.

Deve de refletir sobre a necessidade de reajustar determinado tipo de projetos, que tenham interesse e importância ao nível Regional.

A Associação dos Municípios da Região de Setúbal deve ser debatida e discutida. Que objetivos é que está a cumprir, que benefícios é que transporta para todo o Distrito.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, volta a esclarece sobre o que está em discussão e o que tem que retificar.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, não podem deixar de poder fazer considerações, sobre considerandos que levam às deliberações da Associação de Municípios.

Volta a perguntar se há alguma coisa na lei que indique que se passar para o Poder Central que este vai proceder ao seu encerramento.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, vão votar favoravelmente aquela proposta.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

VEREADORA SOFIA MARTINS – O valor que a câmara transfere para a Assembleia Distrital de Setúbal é de 26 535 mil euros por ano e que passará a ser transferido para a AMRS.

O Museu tem um reconhecimento não só português mas também internacional pelo seu enorme acervo. Com a contribuição dos municípios ao longo destes 40 anos criou um espólio invejável. Não só no que está no museu como com as propriedades que estão fora, nomeadamente as ruínas das Salgas Romanas e outras.

Esta foi uma opção dos municípios, pareceu-lhes que esta era uma boa solução de maneira a defender e a potencializar o património que o MAEDS constitui.

O MAEDS tem uma parte importantíssima de investigação arqueológica. Tivemos no Barreiro a experiência na Mata da Machada e na Ponta da Passadeira. Ainda há poucas semanas esteve representado numa conferência internacional de arqueologia.

Todos os trabalhadores são para ser transferidos para a Associação de Municípios de Setúbal.

Os valores que os municípios têm em dívida vão transitar para a AMRS. Nestes meses de verão foram feitas conversas com os municípios devedores na tentativa de uma rápida solução.

Com a aprovação desta solução podem continuar junto da comunidade barreirense, a potencializar visitas àquele espólio, que gostaria que todos conhecessem.

A Deputada **Zélia Silva** do PS, faz um pedido de esclarecimento.

Volta a colocar a questão sobre se já foram regularizados os mapas, quanto à localização da ponta da passadeira no município do Barreiro.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, volta a esclarece sobre o que está em discussão e o que tem que retificar.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, agradece à Vice-Presidente pela sua intervenção, que foi esclarecedora.

Para decidirem se ratificam ou não, tem que perceber do que é que se trata.

3.3 TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I.M.I.) A COBRAR NO ANO DE 2015;

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 17 votos a favor da CDU, 14 votos contra, 8 do PS, 2 do PSD, 2 do BE, 1 do MCI e 1 do PCTP/MRPP, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Lobo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como **“Anexo B”**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.4 FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DE 2015, RECEITA A ARRECADAR EM 2016;

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 17 votos a favor da CDU, 8 votos contra do PS e 6 abstenções, 2 do PSD, 2 do BE, 1 do MCI e 1 do PCTP/MRPP, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Lobo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo F**”.

3.5 DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL EM 2014 A COBRAR NO ANO DE 2015;

A Assembleia Municipal aprovou por **MAIORIA**, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 2 do BE e 1 do MCI e 3 abstenções, 2 do PSD e 1 PCTP/MRPP, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Lobo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo H**”.

VEREADORA SÓNIA LOBO – Faz a apresentação conjunta das três propostas.

A proposta de IMI para 2015 é a de manter as taxas do ano anterior de 0,8 para prédios rústicos; 0,7 para prédios urbanos; 0,4 para prédios urbanos avaliados no termos do Código do IMI.

A estratégia que têm para a reabilitação urbana levou-os a apresentar conjunto de majorações e de minorações, porque acreditam que beneficiam ou penalizam conforme o estado da conservação dos edifícios.

Introduziram dois novos pontos em relação ao ano anterior, que é a isenção para as coletividades de cultura e recreio, organizações não-governamentais e outro tipo de associações não lucrativas e a isenção do valor da taxa associada ao valor da fixação do nível de conservação.

Na proposta da DERRAMA, também mantém a taxa praticada em anos anteriores ou seja de 1,5% sobre o lucro tributável. Reduzir ao máximo para os sujeitos passivos cujo volume de negócios seja inferior a 150 mil euros.

A taxa da participação variável em IRS e de acordo com a Nova Lei das Finanças Locais, a taxa tem que ser deliberada pelos órgãos executivos e deliberativos. A proposta é de 5% e que é a que tem vindo a praticar.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, lê as propostas de alteração do Partido Socialista, à “TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR NO ANO DE 2015”, que se encontra inserta no final da ATA como **ANEXO C** e foi rejeitada por **MAIORIA**.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à “FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DE 2045, RECEITA A ARRECADAR EM 2016”, que se encontra inserta no final da ATA como **ANEXO G e foi rejeitada por MAIORIA.**

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, lê as propostas de alteração do Partido Social Democrata, sobre a TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR NO ANO DE 2015, proposta 1 “ALTERAÇÃO À PROPOSTA APROVADA POR MAIORIA PELA CMB – ALTERA O PONTO 1 RELATIVO ÀS TAXAS DE IMI A APLICAR”, que se encontra inserta no final da ATA como **ANEXO D e foi rejeitada por MAIORIA;**

e proposta 2 “ALTERAÇÃO À PROPOSTA APROVADA POR MAIORIA PELA CMB – ELIMINA O PONTO 9 RELATIVO AOS AGRAVAMENTOS DE TAXA, COM A RENUMERAÇÃO DOS PONTOS SUBSEQUENTES”, que se encontra inserta no final da ATA como **ANEXO E e foi rejeitada por MAIORIA.**

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, solicita esclarecimentos quanto ao ponto 10 da proposta da câmara sobre o IMI, onde referem isenção de IMT, para a aquisição de imóveis situados em áreas de reabilitação urbana, na zona antiga do Barreiro é se a intenção não é a de aplicar esta isenção a todas as áreas que existem hoje ou que venham a existir.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, pede um esclarecimento à mesa.

Pergunta se o que se trata é de votar favorável ou desfavoravelmente a proposta aprovada em reunião de câmara.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, esclarece que podem ser apresentadas, com algumas exceções, propostas alternativas às propostas que são da câmara.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, na taxa do IMI a cobrar no ano 2015, destaca a isenção da taxa de determinação ao nível de conservação e a isenção do IMI às coletividades, organizações não-governamentais e outro tipo de associações não lucrativas de utilidade pública.

Esta proposta de resto mantém a prática do que tem sido nos últimos anos.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à fixação da taxa variável do IRS para 2015, acompanha o que tem vindo a ser praticado no município do Barreiro.

Está de acordo com os deputados Isidro Heitor e Hugo Cruz sobre a importância da fiscalidade. A bancada da CDU acompanha-os nessas suas preocupações.

Em Março de 2010, o PS esqueceu-se dessa preocupação e cria novos escalões de IRS. No setor público congela salários e carreiras. Em Maio de 2010 aumenta o IVA, de 5 para 6 de 12 para 13 e de 20 para 21. Em Setembro de 2010, aumento do IVA de 21 para 23, pensões congeladas, redução no abono de família. Em junho de 2011 cortes de 50% no subsídio de Natal e de Férias. Nos transportes aumentos de 15%. Em Outubro de 2011, aumento no gás e na eletricidade de 6 para 23.

A discussão independentemente de cada um ter as suas opções políticas, deve de caminhar para uma discussão séria e isso não é querer que o município fique sem recursos para poder prestar o serviço à população.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, os cortes que existem e independentemente das medidas, tocam a todos. Infelizmente mais de 50% dos portugueses não são atingidos porque não ganham o suficiente para isso.

O PCP, CDU é exímio a criticar todas as medidas que tenham a ver com o aumento de impostos a nível nacional. Porque não pensa nem quer ir para o governo, ou então são os portugueses que há quarenta anos que não querem. As autarquias também recebem quando há aumento de impostos. Tem agora aqui uma grande oportunidade para demonstrarem que são a favor do abaixamento de impostos. Devolvam aos munícipes parte desses impostos e corrijam parte dessas injustiças. Sejam consequentes na vossa crítica.

O presidente da câmara do concelho tem que andar atento áquilo que é atividade económica e o que são empresários e empresas para se fixarem. São eles que criam riqueza e postos de trabalho.

Em Portugal em 2013, 42 municípios devolveram IRS aos cidadãos e em 2014 já foram 72 cerca de 50 milhões.

As duas propostas do PS tem reduções pouco significativas, que se fossem aprovadas estavam a falar de valores bem acomodados em conjunto com outras receitas como IMT e outras situações. Era dar um sinal para cativar os jovens do concelho a não saírem de cá e até de idosos que estão a voltar para as suas terras.

Em relação à DERRAMA entendem que comparativamente com outros concelhos, deve existir um benefício para as empresas investirem e criarem emprego, e simultaneamente entende que os municípios precisam de receitas, concordam com as taxas referidas.

As minorações têm tido um impacto muito pequeno. Entendem que tem que ser divulgado para que seja consequente.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, tudo o que é da competência exclusiva do município assobiam para o ar e falam do Governo Central.

Já existem municípios que partilham da mesma ideologia mas que perceberam que existe concorrência entre municípios.

O PSD já de há muito tempo que defende uma redução sustentada do IMI, esta proposta que apresenta é semelhante à do ano passado.

O que a câmara tem que ter é uma estratégia fiscal integrada, onde não seja taxar o máximo e pronto. Ao taxarem o máximo desincentivam claramente e até em Almada percebem isso.

Se querem ter empresas tem que ter condições atrativas para elas, seja através dos licenciamentos, das DERRAMAS, da facilitação de expedientes burocráticos, etc. Se querem ter pessoas, tem que ter emprego, que passem a residir no Barreiro e que por sua vez pagaram mais IMI.

A evolução da receita tem sido brutal e à custa do barreirense.

A DERRAMA atualmente representa 350 mil euros de receita. A redução ou isenção serve para dar um sinal.

O IMT está com uma execução bastante superior à prevista.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, alerta a câmara municipal que a proposta 46 de 2014, tem uma imprecisão no ponto 5.1., a alínea do artigo da lei habilitante está errada.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, pergunta quando fazem aumentos nos transportes, tentam encontrar justificações no secretário de estado dos transportes. Mas não é assim, esta é uma decisão da câmara.

Quando aprovaram o Regulamento de Taxas e Tarifas, observaram-se aumentos em determinado tipo de rubricas de 300 e 400 por cento. E depois dizem que é para cumprir a lei.

O que coloca em relação a estes impostos é que a câmara do Barreiro não tem nenhuma estratégia de desenvolvimento para o futuro.

O quadro em que o concelho do Barreiro está é muito negativo é muito deficitário.

Estas questões mereciam um consenso alargado.

O Deputado **Paulo de Deus** da CDU, teria sido com algum agrado que pelo menos ontem tivessem entregado as propostas que existem de alteração por parte do PS e do PSD, por uma questão de bom senso.

Em relação ao PEC, o Partido Comunista sempre votou contra. O PSD sempre se absteve em relação aos PEC apresentados pelo PS e no quarto, resolveu votar contra e foi essa tomada de posição que fez o Governo cair.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quem estiver a ouvir parece que são eles que estão a definir as taxas do IRS. Quem as define e a forma como é praticado o IRS é o Governo.

Pergunta se aplicassem no Barreiro a devolução de IRS aos munícipes, quanto é que isso dava.

O aumento do salário mínimo que representa um aumento de 17 euros por mês é feito à custa dos descontos dos trabalhadores, da Segurança Social que é património dos trabalhadores. A função pública em três anos recebe menos 30% de rendimentos, os reformados cerca de 25%. O IRC foi um imposto que baixou com a complacência do PS.

As propostas apresentadas de alteração por parte do PS e do PSD, não merecem o acolhimento da CDU porque são demagógicas.

O Deputado **André Rosado** do PS, Face à não observação de um conjunto de pressupostos relativamente ao quadro normativo que regula a aplicação das taxas municipais e neste caso o IMI. Faz uma recomendação ao executivo municipal, sobre a deliberação da Assembleia Municipal, que fixa a Taxa de IMI em Boletim Municipal. De acordo com o Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado com a lei 75/2013 de 12 de Setembro, diz que está sujeita a publicação obrigatória, nos termos do artigo 119 nº 2 da Constituição da República Portuguesa e no 56 do Regime Jurídico das autarquias Locais.

Estabelece o 119 nº 2 da Constituição da República Portuguesa, que a falta de publicidade de qualquer ato de conteúdo genérico implica a sua ineficácia jurídica e de acordo com o 56 nº 1 do Regime Jurídico das autarquias Locais determina que para além da publicação em Diário da República, as deliberações dos órgãos autárquicos locais bem como as decisões dos respetivos destinadas a terem eficácia externa, devem ser publicadas em Edital, afixado nos lugares de estilo durante cinco dos 10 dias subsequentes.

Adicionalmente o artigo 56 nº 2 do Regime Jurídico das autarquias Locais, os atos referidos no número anterior são ainda publicados no sitio da Internet, no boletim da autarquia, nos jornais editados ou distribuídos na área da respetiva autarquia.

Recomendam a publicação da deliberação que fixa a Taxa de IMI, no Boletim Municipal.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, faz um pedido de esclarecimento.

Pergunta se tem esperança que isso venha a ocorrer, tendo em conta que a deliberação do município sobre a temática, foi tomada em reunião privada no início de Setembro, a caminho do Avante, para evitar que houvesse grande discussão.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **André Rosado** do PS, poderia falar sobre o facto dos vereadores da oposição não terem espaço no Boletim Municipal e juízos de valor quanto ao teor propagandístico. Mas não o vai fazer, antes que comecem aos pulos.

Respondendo à questão, tem esperança porque decorre da lei e o espírito com que foi feita a recomendação foi de num âmbito de postura construtiva e que ajude a melhorar o desempenho da execução fiscal do município.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, percebe que seja um aborrecimento para o deputado Paulo de Deus a existência de uma banda. É evidente que ficariam mais satisfeitos se a lei disse-se que a Taxa é “x”, não tinha que tomar posição, não tinham que decidir.

São quase 25% dos municípios portugueses que devolvem IRS aos seus cidadãos, mais de 700 mil famílias. Os mais de 50 milhões de euros, dá cerca de 80 euros.

Infelizmente existem muitas pessoas no Barreiro que não pagam IRS.

O Barreiro e os outros concelhos não têm futuro se não conseguirem fixar jovens e classe média. Têm é que fixar pessoas que paguem impostos e essas andam à procura dos concelhos competitivos.

O Presidente da CMB, existem argumentos em todos os sentidos e alguns são ponderáveis. Neste caso cabe à câmara e a quem gere o município, ter a responsabilidade de não cair no que é mais fácil.

É preciso que tenham o enquadramento global das coisas. O município atravessou uma situação extraordinariamente difícil do ponto de vista financeiro. Os deputados têm dito que a autarquia não tem conseguido corresponder àquilo que são as suas obrigações. Mas com isto o que sugerem é que a câmara continue sem ter essa capacidade porque não tem receitas para o fazer. Esta é que é a questão.

A opção é, ou prejudicam a população no sentido de não lhe prestar o correspondente serviço e aí podem baixar a receita. Não conseguem fazer as duas coisas.

A opção da maioria que está na câmara é a de manter os impostos como estão, e é manter, não é aumentar contrariamente ao que disseram, para conseguirem ter melhores condições para responder às necessidades da população.

Assumir as responsabilidades desta opção, também pressupõem dizer o que os deputados não tiveram a coragem de dizer, que é que a câmara municipal do Barreiro, deixa de receber 2.752 milhões de euros pelo facto de não aplicar a taxa máxima de IVA. Abdica de quase três milhões de euros, para tentar equilibrar as soluções.

Na proposta do PSD para além destes quase três milhões a câmara deixa de receber mais um milhão. E na proposta do PS para além de deixar de receber estes quase três milhões deixa de receber mais 400 mil euros.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que diz o presidente é que a câmara não tem condições para abdicar de deixar de receber mais verbas, para poder continuar a cumprir com as suas obrigações legais e de defesa do serviço público.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, evidentemente que se trata de opções políticas. A visão expressada pelo Presidente é estática. O desagravamento fiscal pode ter um efeito multiplicador e gerar investimento e riqueza.

O que falta é uma análise do imposto que o englobe numa estratégia de crescimento. Se querem fazer um Polo Logístico Portuário Industrial e Tecnológico, para isso precisam de investimento e de investimento privado.

Não consegue ter empresas nem pessoas, se é tudo mais caro no Barreiro. O Barreiro infelizmente está parado no tempo da União Soviética.

O Deputado **Amílcar Romano** do PS, baixar neste momento os impostos não é a decisão mais fácil, sendo uma decisão mais difícil deveria de ser acompanhada de outras estratégias.

A continuarem como estão, o Presidente e a CDU vão ter que assumir mais tarde ou mais cedo essa responsabilidade.

Neste momento o município do Barreiro não consegue encontrar um argumento para mobilizar a população. Qualquer dia estão ali a falar para as paredes.

O Presidente da câmara não pode fazer afirmações com os mesmos argumentos que a Ministra das Finanças.

É esse complexo que tem o PCP e o executivo da câmara, de que tudo é como deve ser na sua imagem. Já está demonstrado que essa imagem não funciona.

Estão a terminar a recuperação da avenida da praia e ao entrar pelo Largo das Obras a imagem que têm é a de um espaço velho, sujo, abandonado.

Quer deixar uma mensagem ao presidente para não individualizar apenas a questão de uma política fiscal. Enquadre-a numa política de crescimento, de afirmação da cidade, de imagem da cidade, atrativa para novos investidores.

Só um investidor louco é que poderá aceitar vir para o Barreiro, quando tem outras oportunidades, muito melhores, muito mais sérias, com mais benefícios.

O Deputado **Isidro Heitor** do PS, a proposta do PS não é estritamente financeira. Esta é uma proposta responsável, com o objetivo de dar um sinal claro sobre a matéria. Tiveram o cuidado de não retirar receitas ao município.

Quando o presidente refere que a câmara abdica de 2,700 milhões e tal por não aplicar a taxa máxima, pode-lhe responder, que lhes cobra não sei quantos milhões, porque não aplica a taxa mínima.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Face à situação em que se encontram tem que ter atitudes diferentes, tem que ser criativos. Tem que começar a adotar posições que marquem a diferença em relação a outros concelhos.

O Deputado **Hugo Abade** da CDU, devem de estar hoje todos muito satisfeitos por terem poucas pessoas a assistir à Assembleia.

O que foi dito pela segunda força mais votada no concelho é muito grave.

Felizmente a generalidade dos barreirenses consideraram que o projeto para a Cidade devia de ser outro e por isso deram a sua confiança à Coligação Democrática Unitária.

O Partido Socialista declarou através do deputado Isidro Heitor que o Barreiro não tinha futuro e depois o Deputado Amílcar Romano diz "só um investidor louco...".

O não cobrar a Taxa Máxima de IMI faz com que o Barreiro deixe de receber, por uma opção política, 2.752 milhões. Depois desta afirmação um deputado diz "será que a ideologia em Almada é outra...". O que têm é muita confiança nos autarcas. Fizeram as opções que acharam ser as mais acertadas para o seu concelho. Tal como fizeram os autarcas do Montijo, onde a taxa já foi de 0,5 e agora é de 0,45.

A maioria do povo tem pesadelos com o que o deputado Vítor Nunes, colocou como sendo uma coisa boa e que é a "dinâmica do imposto".

O Deputado **Mário Durval** do BE, o bloco não está de acordo com a posição do executivo, embora apoie as questões das majorações e minorações relativamente ao IMI.

Esta não é só uma questão financeira é uma questão política e na sua opinião também acham que devia de haver um sinal par as pessoas. A isso corresponderia uma baixa no IMI e nos 5% do IRS.

A capacidade destes impostos fazerem movimentar a população é quase insignificante. A questão é política e é contra aquilo que é a política Nacional.

A política Nacional na questão tributária é que é de grande sacrifício para as pessoas, de ataque e de esbulho. É um roubo organizado a nível internacional. Que é pensado a longa distância, eito e organizado. O que tem que ser contrariado é a política.

É nesse sentido que votaram contra à proposta apresentada pelo executivo.

O Deputado **André Pinotes** do PS, vai intervir para não fazer um protesto.

Concorda com três frases ditas pelo deputado Hugo Abade, "as opções que eu defendo não são honestas", "sim, a minha intervenção não foi séria", "e hoje talvez eu esteja louco", não é que tenha dito nada disto, mas são todas palavras utilizadas na sua intervenção e decidiu fazer o mesmo exercício feito pelo deputado Hugo Abade. Que foi o de desconstruir tudo o que as pessoas tinham dito e dizer uma coisa qualquer para incendiar uma Assembleia à uma e dez da manhã.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que disse o deputado Isidro Heitor é que o Barreiro não tinha futuro sem que a sua classe média prosperasse e fixar jovens.

O Deputado **Vítor Nunes** do PSD, faz uma declaração de voto.

“Relativamente à proposta apresentada pelo grupo municipal do PS para uma redução do IRS, suportado pelas pessoas. Ou seja, permitindo uma devolução de parte do IRS aos contribuintes. O grupo municipal do PSD absteve-se, porque essa matéria foi votada antes da matéria referente ao IMI. E porque ao apresentarmos a proposta relativa ao IMI, acreditamos que era uma proposta responsável também em termos financeiros. Ao abstermo-nos relativamente àquela proposta, estávamos no fundo, a não validar uma dupla redução, relativamente ao IMI e relativamente ao IRS. Porque respeitamos apesar de tudo, e entendemos que existem constrangimentos financeiros na gestão do município. Dito isto, que naturalmente que uma iniciativa no sentido da redução, também na tributação dos rendimentos, quer das pessoas singulares quer das pessoas coletivas, numa lógica integrada, como foi aqui referido, acolheria naturalmente a nossa boa vontade”.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, faz um apelo.

Uma vez que já é o segundo ano que fazem sugestões relativamente à legislação apela para que a câmara tenha ainda uma maior atenção sobre a sua principal fonte de receita que é o IMI e das alterações legislativas inerentes à sua principal fonte de receita.

3.6 AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL A CANDIDATOS QUE NÃO POSSUAM UMA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PREVIAMENTE CONSTITUÍDA.

A Assembleia Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a deliberação da Câmara Municipal acima referenciada e apresentada pela Senhora Vereadora Sónia Lobo, o documento encontrando-se inserto no final desta ata como “**Anexo I**”.

VEREADORA SÓNIA LOBO – a proposta é referente à autorização de abertura de concurso para 10 Assistentes Operacionais. O que tinha que ser reduzido de acordo com a lei do Orçamento de Estado era de 2%. Neste momento estão reunidas as condições de acordo com a legislação para a abertura do procedimento do concurso.

Sobretudo as áreas operacionais como a da recolha de resíduos, do abastecimento de água, do saneamento, necessitam de um reforço. A obrigatoriedade de redução tem dificultado em muito a prática da prestação do serviço público às populações.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Deputado **André Pinotes** do PS, os recursos humanos da autarquia é um assunto muito importante, que certamente não pode ser abordado, a esta hora, com o detalhe que mereceria. Mas agendam esse debate para uma altura posterior.

O Partido Socialista vai acompanhar favoravelmente o documento. A forma leviana como a Vereadora falou sobre a saída de 25 trabalhadores, como justificação da necessidade de contratação de Assistentes Operacionais.

Não lhes foi transmitida a informação se esses 25 trabalhadores eram Assistentes Operacionais, se eram Técnicos Superiores. A argumentação deixa-os com pouca informação para perceberem o que serviu de suporte àquela deliberação que irão tomar.

Sabendo o grupo municipal do PS as carências que existem ao nível de Assistentes Operacionais na câmara e sem quererem prejudicar as áreas que consideraram vitais, acompanharam a proposta.

De futuro precisam de informação que possa validar os argumentos.

O Deputado **Hugo Cruz** do PSD, não questionando a necessidade da câmara na contratação destes Assistentes. Gostaria da indicação de qual é o encargo previsto, com a potencial contratação destes Assistentes e se era possível detalhar as áreas ou as necessidades da contratação dos mesmos.

O Deputado **José Paleta** da CDU, existe uma arrogância política, uma falta de modéstia na argumentação do deputado municipal André Pinotes, quando trata a Vereadora como leviana ou a sua argumentação.

O fundamental e foi dito pela Vereadora é que para se prestar um bom serviço público à população a câmara necessita de agentes operacionais e nas áreas referidas.

O pormenor dos 25 que entretanto saíram por via de se terem reformado ou outro motivo, podem pedir essa explicação à Vereadora.

O Deputado **André Pinotes** do PS, explica que leviano um dos significados que tem “abordagem superficial”.

Dirige-se à Vereadora para lhe dizer que em momento algum disse que a vereadora era leviana. Corrige, dizendo que a argumentação é simplista ou superficial.

VEREADORA SÓNIA LOBO – não foi de uma forma simplista que infelizmente e fruto das obrigações na redução de trabalhadores, nos últimos cinco anos perderam 85 Assistentes Operacionais.

Cada Assistente Operacional custa é média à câmara 10 mil euros por ano.

Vão operar nas áreas operacionais que também já tinha referido e onde se sente mais a necessidade.



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos pelas 2 horas e 22 minutos do dia 27 de setembro de 2014, constando a gravação áudio desta sessão arquivada, nos serviços da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, se lavrou a presente ata que após lida e aprovada por **MAIORIA** na reunião ordinária realizada em **7 de Setembro de 2017**, vai ser assinada por mim Ana Paula Monteiro, Assistente *Paula Monteiro* Técnica que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Frederico Fernandes Pereira.

O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico F. Pereira